

## NOTA INTRODUTÓRIA

Considerando que o nível de actividade dos municípios é fortemente influenciado pela conjuntura económica nacional e internacional, seria de supor que, num contexto de crescimento da economia mundial, e face às perspectivas de evolução positiva da economia portuguesa, a Administração Central criasse condições favoráveis ao investimento municipal em 2007, tanto mais que vai ser iniciado um novo quadro comunitário de apoio, o designado Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

No entanto, em vez disso, os municípios vêem-se confrontados com um cenário de fortes restrições, com a Administração Central a submeter as transferências dos fundos municipais a novas regras cada vez mais limitativas da sua actividade e a cercear o acesso ao crédito.

Mesmo aceitando que o esforço de contenção do défice português é necessário e deve mobilizar todos os agentes da administração pública, não faz muito sentido submeter as autarquias a fortes medidas de contenção, em contra-ciclo com a economia mundial, cuja evolução vai no sentido de confirmar a tendência de crescimento que já vinha a manifestar-se em 2006. De facto, em 2006 a actividade económica nos Estados Unidos, apesar do ligeiro abrandamento no terceiro trimestre, mantém um incremento significativo, Japão, China, Índia e Rússia seguem na mesma linha, ao mesmo tempo que a zona euro demonstra uma aceleração expressiva.

Segundo dados da Comissão Europeia divulgados em Novembro, o PIB na zona euro manteve um crescimento apreciável no terceiro trimestre, embora inferior aos meses anteriores, prevendo-se que no final do ano se venha a situar nos 2.6 por cento, projectando-se ainda um crescimento moderado até 2008. Por outro lado, a inflação deverá permanecer acima dos 2 por cento, continuando nesse limiar em 2007 e diminuindo ligeiramente em 2008.

Perante estes resultados e expectativas, que assentam na perspectiva de permanência do preço do petróleo, as Previsões Económicas de Outono da Comissão Europeia referem que, em 2006, o défice das administrações na zona euro deverá diminuir 0.4 pontos percentuais em relação a 2005, diminuição essa que deverá acentuar-se em 2007.

Relativamente às taxas de juro do mercado monetário do euro, estas evidenciaram uma subida ao longo do mês de Outubro, não se vislumbrando qualquer sinal de modificação da tendência por parte do Banco Central Europeu.

Em Portugal, segundo valores calculados pelo Banco de Portugal, a actividade económica manteve-se em trajectória ascendente, registando o indicador das exportações uma aceleração em Outubro, o mesmo acontecendo com o consumo privado. Os Indicadores de Conjuntura revelam que, nesse mesmo mês, diminuíram as taxas de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor e do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, enquanto ao nível do mercado de trabalho, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, a taxa de desemprego se situou nos 7.4 por cento no terceiro trimestre de 2006 (7.7 no período homólogo de 2005).

No domínio das previsões, aponta-se para um défice das administrações públicas na ordem dos 4.6 por cento do PIB durante o ano em curso, projectando-se para 2007 uma redução de 0.7 pontos percentuais.

Durante os primeiros 10 meses de 2006, segundo o Boletim Mensal de Outubro último, o défice do Estado em Contabilidade Pública ascendeu a 6.047,8 milhões de euros, montante inferior ao do ano transacto, tendo a receita fiscal do Estado registado um crescimento, com o aumento das verbas de IRS e IRC.

Quanto à despesa corrente primária do Estado, verificou-se um crescimento homólogo de 1.8 por cento no período de Janeiro a Outubro, sendo de sublinhar o facto de, segundo os dados de Setembro, as taxas de juro médias sobre saldos de operações bancárias activas e passivas continuarem a aumentar.

De acordo com a avaliação do Banco de Portugal, apesar dos ajustamentos orçamentais efectuados, a evolução cíclica da economia portuguesa, deverá continuar a contribuir para o agravamento do défice orçamental, sendo previsível que Portugal venha a registar o mais baixo crescimento entre os 25 países da União Europeia, mantendo, pelo quinto ano consecutivo, uma variação do PIB inferior à observada na área euro, embora as actuais estimativas apontem para um crescimento da economia portuguesa de 1.2 por cento em 2006.

Trata-se de um crescimento que representa uma aceleração da actividade económica em 0.8 pontos percentuais relativamente ao ano anterior, situação que, de acordo com os analistas, decorre sobretudo da forte expansão das exportações.

Entretanto, parece acentuar-se a tendência para a contenção do consumo das famílias, a que não será alheia a subida das taxas de juro, o aumento da carga fiscal e outras medidas relacionadas com as finanças públicas.

Sobre o Orçamento de Estado para 2007 e o regime de financiamento das autarquias, o que se oferece dizer é que se levantam algumas preocupações, tanto mais que as transferências para os municípios irão manter o valor nominal de 2005, o que representa uma perda real de receita. Segundo a análise da Associação Nacional de Municípios, na maior parte das autarquias haverá efectivamente uma descida da sua receita, com a agravante de essa descida se verificar pelo quarto ano consecutivo, circunstância que conduzirá a uma redução do investimento da Administração Local e que, conseqüentemente, terá implicações negativas no total do investimento público.

Acresce que, ao longo dos últimos anos, se tem vindo a assistir a uma crescente transferência de competências e atribuições para os municípios, sem que a Administração Central tenha tido a preocupação de disponibilizar as verbas inerentes a essas novas competências e atribuições, cujos encargos se avolumaram significativamente durante 2006. Pelo que se depreende das declarações do Senhor Ministro da Administração Interna, parece que as competências das autarquias irão ser ainda mais alargadas, essencialmente nas áreas da educação, acção social e saúde, o que, a verificar-se, se não houver a respectiva comparticipação financeira, pode levantar ainda maiores dificuldades à execução orçamental das autarquias.

Aqui chegados é oportuno dizer que se a transferência de competências e atribuições da parte da Administração Central para a Administração Local contribui para a redução dos encargos do Estado e, por consequência, para a diminuição do défice, não faz sentido que o aumento das despesas correntes dos Municípios seja apontado isoladamente numa perspectiva negativa. Há que ter rigor na análise desses aumentos, que como se tem verificado, resultam sobretudo do constante alargamento do âmbito de intervenção dos municípios para áreas que eram da responsabilidade da Administração Central.

Finalmente, não podemos também deixar de referir o acréscimo nas contribuições obrigatórias para a Caixa Geral de Aposentações, um recurso que deve ser entendido como um financiamento directo ao Ministério das Finanças, ao mesmo tempo que agrava a carga fiscal sobre as autarquias. Isto para além das inúmeras

dúvidas que se levantam quanto ao endividamento da Administração Local, sobre o qual subsistem algumas contradições e omissões que urge clarificar.

Numa altura em que nos aproximamos do início do futuro Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), existem ainda algumas indefinições que esperamos ver dissipadas a curto prazo. Aliás, parece-nos que, não estando ainda totalmente definidos os procedimentos, seria positiva uma participação maior das

autarquias no processo, de forma a mitigar um pouco o modo centralista como ele está a ser gerido.

Posto isto, importa sublinhar que, além da aposta nos factores que, directa ou indirectamente, favorecem o crescimento económico e a criação de emprego, o Município de Cantanhede propõe-se prosseguir com investimentos importantes na valorização da rede viária, na beneficiação do parque escolar, na defesa do património e do meio ambiente, na qualificação urbana, na construção de mais e melhores equipamentos culturais e desportivos e na implementação de acções de carácter social, com destaque para o PROHABITA, programa que vai ser desenvolvido com o objectivo de resolver as situações de grave carência habitacional de agregados familiares em algumas freguesias.

Em nosso entender, a articulação equilibrada dos investimentos nestas áreas, estimulando simultaneamente a busca da qualidade, da inovação e da modernidade, é o melhor caminho para o Município de Cantanhede incrementar o desenvolvimento económico e promover a melhoria crescente dos padrões de qualidade de vida no Concelho.

**Nota:** Importa referir que os investimentos no sector do saneamento básico continuarão a ser realizados pela INOVA-EM, no quadro das competências que lhe foram conferidas pela Câmara Municipal em 2002. É de salientar que a Câmara Municipal prescindiu da contratação de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 1.339.101,00 euros que lhe coube no rateio aprovado no Orçamento de Estado de 2006, em benefício da INOVA-EM, precisamente para investimentos desta empresa municipal na área do saneamento básico.